IMPACTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NOS PRIMEIROS MIL DIAS DE VIDA

Sandra Viana
Fotos: Divulgação

Isabelle Aguiar Prado

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA, onde obteve o mestrado e graduação em Odontologia. É especialista em Gestão de Políticas Informadas por Evidências (Hospital Sírio Libanês), Dentística (Instituto Mont'Alverne). Professora do curso de Odontologia na UNDB, é bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq - Nível B no projeto de pesquisa Avaliação da literacia digital em saúde de trabalhadores da atenção primária à saúde (APS).

Estudo apoiado pela FAPEMA aponta reflexos na efetividade dos serviços às gestantes e bebês

Os primeiros mil dias de vida, da concepção até o segundo ano de idade, são determinantes para o desenvolvimento da criança e na prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis na vida adulta. Esse espaço-temporal também é marcado por desafios. É o que demonstra o estudo 'Internações por condições sensíveis à atenção primária nos primeiros 1000 dias: uma análise espaço-temporal no Brasil', desenvolvido pela doutora em Saúde Coletiva, Isabelle Aguiar Prado, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Maranhão (FAPEMA). O estudo aponta que a falta de acesso adequado à atenção primária à saúde (APS) pode levar a complicações graves - para gestantes e crianças menores de dois anos.

As internações por condições sensíveis à atenção primária (ICSAP) são um indicador potencial da efetividade dos serviços de saúde, incluindo a prevenção de doenças e o acompanhamento adequado das condições de saúde. A pesquisa analisou as taxas de ICSAP no Brasil, entre 2008 e 2021, de crianças e gestantes, e revelou tendência de redução nestes números, no grupo de crianças menores de dois anos. "Estes resultados contrastantes nas taxas de ICSAP grupo de mulheres e crianças nos surpreenderam na pesquisa e também nos alertam para o fortalecimento do cuidado à saúde das mulheres no período gravídico-puerperal", explica Isabelle.

Foram registradas internações de 1.850.776 gestantes, puérperas e crianças menores de dois anos, de 2008 a 2019, representando 1,7% do total de internações no período. Maiores taxas foram encontradas em municípios do Norte e Centro-Oeste, para o componente relacionado às mulheres. Nas gestantes, foram encontrados grupos de alto risco para ICSAP, nas regiões Norte e Centro-Oeste; e em crianças menores de dois anos, na região Nordeste. "O Brasil é um país continental e possui muita heterogeneidade entre as regiões e compreender o comportamento deste indicador no território brasileiro nos ajuda a compreender as localidades que precisam de intervenções mais urgentes na atenção primária", observa a pesquisadora.

O estudo também identificou que, nas regiões Norte e Nordeste, a falta de acesso adequado aos serviços de saúde, durante a pandemia de Covid-19, intensificou ainda mais as dificuldades no atendimento. O impacto da pandemia nas taxas de internação foi desigual no Brasil. Algumas regiões observaram uma queda nas taxas, enquanto outras, especialmente no Norte e Nordeste, enfrentaram um aumento, refletindo a desarticulação dos serviços de saúde nessas áreas. Paralelamente, a pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios, como a redução da cobertura dos serviços de saúde nos primeiros meses de 2020, o que impactou diretamente a qualidade do atendimento à população.

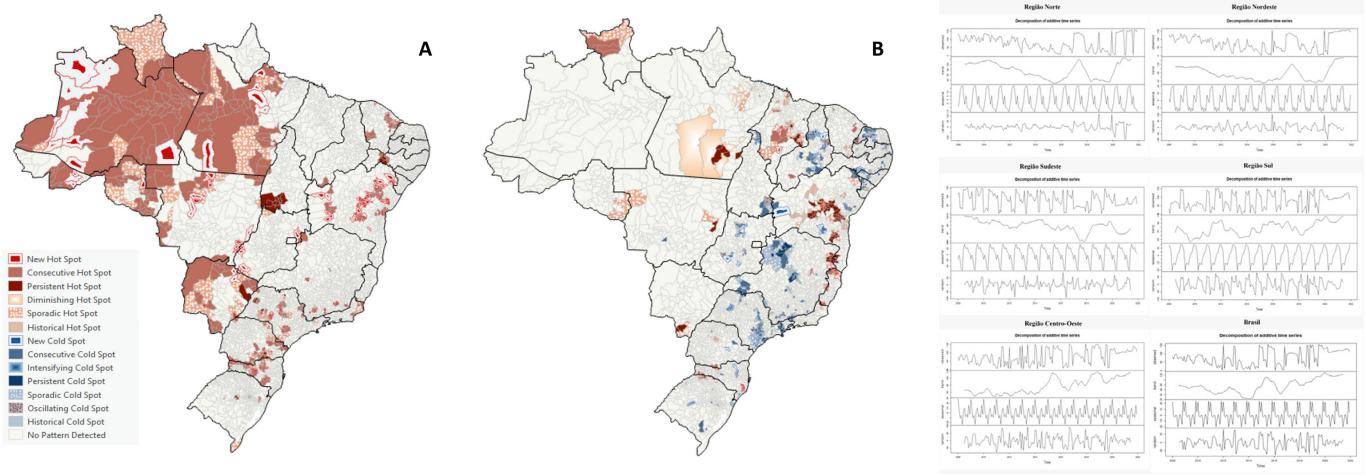
O trabalho da pesquisadora gerou importantes publicações, como o artigo "*Spatiotemporal analysis of hospital admissions for primary care-sensitive conditions in women and children in the first 1000 days of life*", que se efetivou no periódico Plos One; e contribuiu para reflexão sobre a organização dos serviços de saúde, no contexto de emergências sanitárias. A pesquisa foi orientada pela doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Érika Bárbara Abreu Fonseca Thomaz.

Mil dias e pandemia

A pandemia de Covid-19 teve efeitos profundos no sistema de saúde, afetando a APS e alterando as ICSAP. O estudo apontou que no Sudeste houve redução nas taxas destas internações em gestantes e aumento no Norte e Nordeste, especialmente entre crianças menores de dois anos. As análises indicam que as taxas destas internações em mulheres e crianças, nos primeiros dias de vida, comportaram-se de maneira diferente no período pré-pandêmico (2008-2019).

O cenário foi mais favorável às crianças menores de dois anos do que às mulheres. Além disso, a análise espaço-temporal identificou áreas do país enfrentando desafios para evitar as internações neste período de vida. Embora haja outros determinantes na redução dessas internações no Brasil, estudos relacionam a queda destas taxas em crianças, sobretudo, à expansão da cobertura da atenção primária em saúde. Porém, persistem as altas taxas de internações em crianças menores de dois anos, o que pode ser devido à falta de acesso aos serviços de saúde - fatores determinantes para melhoria da assistência materna e neonatal.

"A investigação das taxas de ICSAP, antes e após a pandemia, com a identificação de aglomerados de risco para estas condições, nos mostra a necessidade de fortalecimento da atenção primária à saúde. Se ela for fortalecida irá prevenir doenças e evitar o agravamento de situações evitáveis", conclui a professora Isabelle Prado.



A pesquisa aponta a necessidade de fortalecimento da atenção primária à saúde